

## A didática da história nos manuais destinados à formação de professores\*

*Ana Cláudia Urban\*\**

---

**Resumo.** O texto que se segue apresenta argumentos que consideram a existência de um código disciplinar da didática da história que foi constituído historicamente, agregou ideias sobre o que é ensinar e aprender; sugeriu regras e identificou conteúdos voltados à formação do professor. A intenção é apresentar elementos do código disciplinar da didática da história presente particularmente nos manuais voltados à formação de professores. Os manuais, entendidos como “textos visíveis”, permitem comprovar que, historicamente, foi construída uma forma de pensar o ensino e a aprendizagem em história e, por certo, essa forma de pensar influenciou tanto a formação quanto a prática de professores. A partir de uma seleção prévia de manuais, foi investigado como a relação entre o ensinar e o aprender história foi pensada e construída, independentemente de sua nomenclatura. Os manuais foram tomados como fontes de investigação, primeiramente por entendê-los como “fontes visíveis” do código disciplinar da história, segundo a conceituação discutida pelo pesquisador Raimundo Cuesta-Fernandez (1988).

**Palavras-chave:** Didática da história; Formação de professores; Ensino de história.

### The didactics of history in textbooks for teachers' formation

**Abstract.** Current essay provides arguments on the existence of a disciplinary code on the Didactics of History which was historically constructed, aggregated ideas on what should be taught and learned, suggested rules, and identified contents on teachers' formation. Elements of a disciplinary code on the Didactics of History in textbooks for teachers' formation will be provided. Handbooks, known as 'visible texts', prove that historically a manner of thinking the teaching and learning in History was constructed which affected teachers' formation and practice. Through a previous selection of textbooks, the manner relationships between teaching and learning History was thought

---

\* Artigo recebido em 26/01/2015. Aprovado em 09/02/2015.

\*\* Professora de Metodologia e Prática de Ensino em História da UFPR. Pesquisadora do Lapeduh, UFPR, Curitiba/PR, Brasil. E-mail: [claudiurban@uol.com.br](mailto:claudiurban@uol.com.br)

and constructed has been investigated, regardless of the nomenclature employed. Handbooks were considered sources of investigation since they were thought to be ‘visible sources’ of the discipline code of History, according to concepts by researcher Raimundo Cuesta-Fernandez (1988).

**Keywords:** Didactics of History; Teachers’ formation; The teaching of History.

## **La didáctica de la Historia en los manuales destinados a la formación de profesores**

**Resumen.** El texto a continuación presenta argumentos que consideran la existencia de un código disciplinario de la Didáctica de la Historia, que fue constituido históricamente y agregó ideas sobre qué es enseñar y aprender, que sugirió reglas y que identificó contenidos orientados a la formación del profesor. La intención es presentar elementos del código disciplinario de la Didáctica de la Historia, especialmente presente en los manuales para la formación de profesores. Los manuales, entendidos como “textos visibles”, permiten comprobar que, históricamente, fue construida una forma de pensar la enseñanza y el aprendizaje de la Historia y que esa forma de pensar también influyó tanto en la formación como en la práctica de los profesores. Partiendo de una selección previa de los manuales, se investigó cómo se pensó y construyó la relación entre el enseñar y el aprender Historia, independientemente de su nomenclatura. Los manuales fueron tomados como fuentes de investigación, primero por entenderlos como “fuentes visibles” del código disciplinario de la Historia, según el concepto discutido por el investigador Raimundo Cuesta-Fernández (1988).

**Palabras Clave:** Didáctica de la Historia; Formación de profesores; Enseñanza de Historia.

---

### **Introdução**

Os manuais voltados à formação de professores foram tomados neste trabalho como fontes de investigação, primeiramente por entendê-los como “fontes visíveis” do código disciplinar da história, pois conforme Schmidt em seu texto “Estado e construção do código disciplinar da Didática da História”, optar pela análise de manuais

significa tratar este objeto com base nos marcos definidores iniciais, isto é, como manuais didáticos relacionados ao processo de escolarização, constitutivos da cultura escolar e destinados à formação didático-pedagógica dos professores em determinado período e contexto da sociedade brasileira. O fato de proporem métodos e atividades de ensino da disciplina de História indica a necessidade de explicar o que se entende pelo conjunto de conhecimentos veiculados por estes manuais ou o tipo de saberes constitutivos destas publicações (SCHMIDT, 2006, p. 712).

Assim como Schmidt (2006), acredita-se que os manuais constituem-se como marcos definidores em relação ao período em que são produzidos e, por certo, tornam-se indicativos da forma pela qual o ensino de história foi entendido. Dessa maneira, infere-se que as discussões tendo os manuais como “fontes visíveis” contribuíram no sentido de se perceber como um código disciplinar voltado ao ensino de história foi pensado.

As obras destacadas não são as únicas, no entanto, optou-se por alguns manuais voltados à formação do professor e que discutem elementos constitutivos do ensino e da aprendizagem em história tomando-se como referência dois momentos da história da educação brasileira:

O primeiro momento foi anterior à década de 1980: muitas das obras publicadas foram notadamente produzidas sob a influência de movimentos/reformas educacionais e também sob a tutela do Estado.

O segundo momento refere-se ao período pós-década de 1980: por entender que a partir daquele momento o ensino de estudos sociais passava por uma crise, dando espaço aos questionamentos pautados na retomada do ensino de história.

## **1 Manuais destinados à formação de professores, anteriores à década de 1980**

Para o primeiro período destacam-se as obras *Methodologia da História na aula primária*, publicada em 1917, e *Como se ensina História*, 1935, de Jonathas Serrano.

Schmidt (2004), em estudo acerca das obras de Jonathas Serrano, analisa as suas contribuições e o significado de suas obras para a época. Destaca a autora que as discussões de Serrano representaram uma aproximação entre a história e a pedagogia, o que contribuiu para a construção de um código disciplinar da didática da história, pautado justamente na ideia de uma disciplina ensinada sob a influência da psicologia, da didática geral, valorizando os métodos de ensino.

As obras de Jonathas Serrano, particularmente a obra de 1917, *Methodologia da História na aula primária*, passou a ser recomendada para os cursos de formação de professores, tornando-se uma bibliografia referendada por professores que atuavam na escola normal. Este autor destacava a necessidade de que fosse contemplado, nos cursos de formação de professores, o que denominou de “*metodos especiais*”, aos quais o “*alumno-mestre*” deveria ter acesso para organizar as suas aulas e assim pudesse melhor ensinar os conteúdos de história.

Além das contribuições de Serrano, destaca-se a obra “A História no curso secundário”, de Murilo Mendes, em 1935. Segundo Freitas, no texto “A Pedagogia da História de Murilo Mendes” (2004), o autor da obra apropriava-se metodicamente da literatura sobre filosofia da educação, reformas na escola secundária e métodos aplicados ao ensino de história. Era lente da Escola Normal de Campinas em 1928, onde demonstrou simpatia pelas ideias de Sampaio Dória e Lourenço Filho (FREITAS, 2004, p. 163).

Destaca-se na obra de Mendes (1935) uma preocupação com uma renovação metodológica para o ensino de história. O autor dedicou uma parte da sua obra às discussões sobre a adequação entre os ideais e interesses da juventude, fazendo reflexões sobre as *Novas directrizes da methodologia da historia*.

Também no período que antecede à década de 1970 foi publicada a obra de Amélia Americano Franco Domingues de Castro (1952), em São Paulo, que tem como título *Princípios do método no ensino de História*.

A obra, em linhas gerais, discute elementos do ensinar história, tendo como referência as diretrizes psicopedagógicas do ensino, bem como os processos didáticos, como a seleção e o uso do material de ensino e a direção de aprendizagem.

Na década de 1950, o Ministério da Educação e Cultura manifesta interesse e preocupação com a fiscalização e a aplicação de leis, com a inspeção das escolas, com as medidas que atendessem às novas demandas e necessidades da clientela urbana. Para tanto, criou órgãos que atuavam nessas situações. Destacam-se aqui o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - INEP (1944) e a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário – Cades (1953). “Entre as ações principais desses órgãos estava a publicação de periódicos e manuais destinados à formação complementar dos professores brasileiros” (SCHMIDT, 2006, p. 717).

Entre os materiais publicados pela Cades, destacam-se as “Apostilas de Didática Especial de História” (1959). As obras apontavam para uma preocupação com o ensinar e o aprender história. Na unidade intitulada “*A motivação da aprendizagem da História*” são relacionadas orientações referenciadas em estratégias decorrentes, tanto da psicologia como da didática geral.

Na década seguinte – em 1963, foi publicada a obra *Curso de Didática de História*, de João Alfredo Libanio Guedes que, entre outros aspectos, apontou para uma preocupação com teoria geral de didática de história, os alvos do ensino, os fundamentos psicológicos do aprendizado histórico, o plano de aula, as técnicas de ensino e a verificação da aprendizagem.

Guedes, ao apresentar a sua obra, ressalta que, antes de pormenorizar aspectos referentes à didática da história, é “indispensável formular alguns conceitos básicos, estabelecer algumas diretrizes gerais e

fixar pontos de referência úteis ao desenvolvimento dos problemas pedagógicos” (1963, p. 13).

Da mesma forma que a psicologia se tornou um ponto de referência, a preocupação com a forma de ensinar também foi ressaltada, tendo como indicativo as questões advindas da própria didática geral.

Ainda na década de 1960, mais uma obra revela a forma de pensar o ensino e aprendizado de histórico: *O ensino da História no Primário e no Ginásio* de Miriam Moreira Leite.

A obra faz inferências acerca da disciplina escolar da história tanto na etapa denominada de primário, como no ginásio. Tendo como aporte de organização a psicologia, a obra apresentou-se como uma referência para a formação de professores, sendo considerado um trabalho pioneiro para o período. Em relação à obra, afirma Oliveira: “até mesmo para a autora, parece ser circunstancial e motivado por questões pessoais, para só depois se configurar num modelo e motivador de estudos de outros profissionais” (2003, p.41).

Essas intenções, relacionadas ao ensino de história, expressam as preocupações sobre o que se esperava que o aluno aprendesse e, como consequência, qual era a perspectiva que rondava a prática do professor.

As publicações citadas como as de Jonathas Serrano, Murilo Mendes, Amélia Americano Franco Domingues de Castro, as apostilas da Cades, a obra de João Alfredo Libanio Guedes e Miriam Moreira Leite, configuram-se em alguns exemplos de manuais, voltados à formação de professores, que expressam a existência de um código disciplinar da didática da história, pois nas proposições de suas obras revelaram uma forma de pensar o ensino e a aprendizagem histórica. Em seus textos, os autores estabeleceram um diálogo inicialmente com a sua época e com a forma como se idealizava o ensino e aprendizado histórico.

## 2 Manuais destinados à formação de professores, posteriores à década de 1980

O segundo grupo de manuais analisados foi publicado depois da década de 1980; este período representou para a história como disciplina escolar um marco pelas mudanças que estavam ocorrendo no contexto educacional, a favor do retorno do ensino de história em substituição aos estudos sociais. Dada esta situação, a forma de ensinar também passou a ser discutida tanto no meio acadêmico, como no interior das escolas, haja vista que muitos professores que atuavam especialmente nas séries iniciais tiveram em sua formação acadêmica a didática dos estudos sociais.

Na esteira das reflexões sobre o retorno do ensino de história no então primeiro grau, vários professores e investigadores levantaram suas bandeiras argumentando sobre a necessidade de discussões sobre tal temática que se impunha frente ao momento que era vivido.

Entre as publicações representativas desse período, está a obra da ANPUH, *Repensando a História* (1982), que teve como organizador Marcos A. da Silva.

Esta obra foi produzida pelo Núcleo da ANPUH (Associação Nacional dos Professores Universitários de História) de São Paulo e reuniu reflexões de vários professores que discutiam aspectos relevantes em relação ao período em que o ensino de história passava por intensas discussões acerca de sua importância no cenário educacional.

Entre as obras do período mencionado destaca-se *O ensino de História e a criação do fato*, organizada por Jaime Pinsky, publicada em 1988.

A proposta geral foi discutir o conceito de fato, bem como uma concepção de história justamente no momento em que o seu ensino de estava vivendo amplas discussões quanto a sua função nos currículos escolares. Portanto, essas reflexões deixavam transparecer um código disciplinar

pautado em uma forma de entender a história, tendo em vista que, no momento de sua publicação, havia um forte apelo em torno do compromisso da história com a verdade e esta suposta busca pela verdade, era visualizada por diversos meios, inclusive pelo livro didático.

As discussões suscitadas por este livro traduziam uma nova forma de pensar o ensino e os valores que perpassavam as práticas nas escolas, nos textos escolares, depois de anos em que tais proposições estavam ausentes do ensino de história. O livro não pontua diretamente uma forma de compreender o ensino e a aprendizagem histórica, mas revela elementos que compunham uma forma de pensar a história, um conjunto de valores que, de certa forma, legitimava o seu ensino, e que foi entendido, nesta investigação, como elemento de um código disciplinar da didática da história.

Outra obra que, se não foi pensada como referência para os cursos de formação de professores, acabou por compilar dados sobre o momento das reformas curriculares pelas quais o ensino de história passou, a partir da década de 1970, é *Caminhos da História Ensinada*, de Selva Guimarães Fonseca, em 1993.

Na introdução, a autora anuncia que o livro foi uma proposta de recuperação histórica, da forma como o ensino de história foi tratado nas reformas curriculares ocorridas em diversos Estados brasileiros nas décadas de 1970 e 1980. Como o código disciplinar também agrega “Discursos, regulaciones, prácticas y contextos escolares [...] de los sujetos profesionales [...] y de los destinatarios sociales” (CUESTA-FERNÁNDEZ, 1998, p. 8-9), compreende-se que o livro de Fonseca (1993) registra uma forma de pensar o ensino de história em meio às mudanças que ocorriam no contexto educacional brasileiro, no recorte temporal escolhido pela autora.

Na década de 1990, foi proposta a edição dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), material publicado pelo Ministério da

Educação que se apresentou, por meio do discurso oficial, não como um currículo obrigatório, mas como uma referência para a organização dos programas curriculares regionais.

Mesmo frente a apoios e críticas, não se pode ignorar a presença dos parâmetros curriculares nacionais, pois integraram ações do Ministério da Educação, publicados em 1997, num primeiro momento para as primeiras séries do ensino fundamental; em 1998 para o ensino de quinta a oitava séries do ensino fundamental e para o ensino médio em 1999.

Assim, a partir de 1997, os parâmetros passaram a integrar as discussões acerca dos encaminhamentos referentes ao ensino, no ensino fundamental, especialmente nas séries iniciais, constituindo-se uma referência para o código disciplinar da didática da história.

O volume voltado ao ensino de história apresenta argumentações sobre a criação dos estudos sociais, bem como sobre o retorno da história e da geografia no ensino fundamental. Propõe, ainda, uma discussão em torno de conceituações do ensino e aprendizado histórico apresentando noções como o conceito de fato, de sujeito e de tempo histórico, buscando a relação destes conceitos, com a historiografia e uma concepção de educação.

O texto dos parâmetros curriculares nacionais assumiu o discurso de um ensino problematizador, veiculando a necessidade de compreensão da realidade, apontando os objetivos gerais de história para o ensino fundamental.

Em relação ao seu significado para o ensino de história, importa perceber de que forma o discurso oficial, explicitado no material, retrata uma forma de conceber o ensino e a aprendizagem histórica, ou impõe uma “proposta” que não se coaduna com as concepções que estavam sendo debatidas.

Este documento, publicado sob a chancela do poder público, traduziu uma forma de pensar a relação ensino e aprendizagem, objeto de reflexões de todos os envolvidos na dinâmica escolar, seja na educação básica ou no ensino superior.

Entre as discussões que marcavam a década de 1990, foi publicada a obra *O saber Histórico na sala de aula* (1997), organizada por Circe Bittencourt.

Na apresentação foi registrado que os autores pretendiam “contribuir para a necessária reflexão dos professores neste momento de redefinição dos conteúdos e dos métodos de ensino” (BITTENCOURT, 1997, p. 7).

A primeira parte do manual possui quatro textos que versam tanto sobre a questão curricular, quanto sobre a formação de professores. A segunda parte da obra discute o que foi denominado de “necessidades e dificuldades na utilização de diferentes recursos de ensino” (BITTENCOURT, 1997), remetendo-se aos livros-textos, à iconografia, ao trabalho com museus, à memória e à utilização de filmes como “linguagens” possíveis de serem usadas no ensino de história.

Destacam-se também algumas obras publicadas a partir do ano 2000, a saber: *Ensino de história: Conceitos, temáticas e metodologia*, publicada em 2003, com a organização de Abreu e Soihet. Uma das organizadoras esclarece que a produção do livro se deu, entre outros motivos, em função da “necessidade de textos conceituais que subsidiassem o trabalho de professores em sala de aula” (ABREU; SOIHET, 2003, p.7).

O livro aborda temáticas como identidade por meio dos textos, identidades plurais e identidade nacional e ensino e aprendizagem histórica: a diversidade como ‘patrimônio sociocultural. A temática cultura é abordada em alguns textos, como “Cultura popular: um conceito e várias histórias” e “O ensino de história e a luta contra a discriminação racial no Brasil”. O

manual caracteriza-se por um debate historiográfico, tendo as temáticas mencionadas como um ponto de discussão, voltadas ao ensino de história.

A outra obra publicada a partir do ano 2000 é *Ensinar História*, de Maria Auxiliadora Schmidt e Marlene Cainelli (2004). Entre os temas discutidos na obra estão: histórias do ensino de história; a construção do fato histórico; a construção de conceito histórico; as fontes históricas; o livro didático e a avaliação. O manual aborda temas inerentes tanto à formação inicial do professor, como também à sua formação continuada. Por caracterizar-se como obra com uma proposta definida, as proposições de cada tema (organizadas em capítulos) podem ser discutidas durante o processo de formação inicial de professores, aprofundando as discussões baseadas na bibliografia sugerida, como também por meio de debates apontados no item ampliando o debate.

A característica da obra é que as autoras apoiam-se em referências da historiografia, articulando-as com possibilidades metodológicas para a discussão dos temas, numa dinâmica que favorece ao mesmo tempo um estudo sobre os temas e discussões metodológicas, que podem ser trabalhadas tanto em sala de aula ou como atividades complementares.

### **Considerações finais**

Todas as obras anteriormente mencionadas representam o que Nadai (1993) pontuava como “perspectivas para as reflexões em torno do ensino de História”, destacando aspectos relacionados ao perfil da disciplina escolar da história, aos seus métodos de ensino, aos seus conteúdos, às propostas curriculares, à avaliação, ou seja, elementos do código disciplinar da didática da história, demonstrando que, nas últimas décadas, o ensinar e aprender história estiveram presentes.

A literatura relacionada ao ensino e aprendizado histórico continua apontando possibilidades de se pensar tanto o ensino quanto a aprendizagem. Em síntese, os manuais, ao serem produzidos, revelam que o ensino e a aprendizagem histórica buscam contribuições, ora da psicologia, ora da didática geral, ora da historiografia, isto é, os autores comprovam que, ao pensarem essa relação, fazem uso de diferentes “lentes”, atestando, mais uma vez, a existência empírica de um código disciplinar da didática da história.

## Referências

- ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. (Org.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997.
- BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais – 1º e 2º ciclos*. História, Geografia. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais – 3º e 4º ciclos*. História. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CADES - Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário. *Apostilas de Didática Especial de História*. Rio de Janeiro: MEC, 1959.
- CASTRO, Amélia Americano Franco Domingues de. *Princípios do método no Ensino de História*. São Paulo, 1952. 137 f. Tese (Doutorado em Didática Geral e Especial) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.
- CUESTA-FERNANDEZ, Raimundo. *Clío en las aulas – la enseñanza de la Historia en España entre reformas, ilusiones y rutinas*. Madrid: Ediciones Akal, 1998.
- FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da História ensinada*. Campinas: Papyrus, 1993.
- FREITAS, Itamar. A Pedagogia da História de Murilo Mendes (São Paulo, 1935). *Saculum - Revista de História*, João Pessoa, v. 11, p. 162-175, 2004.

GUEDES, João Alfredo Libanio. *Curso de Didática da História*. Rio de Janeiro: J. Ozon Editor, 1963.

LEITE, Miriam Moreira. *O ensino da História no primário e no ginásio*. São Paulo: Editora Cultrix, 1969.

NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.13, n. 26/26, p. 143-162, set. 1992/ago. 1993.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias. *O Direito ao Passado: uma discussão necessária à formação do profissional de História*. Recife, 2003. 291 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco.

PINSKY, Jaime (Org.). *O ensino de História e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 1998.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora, e CAINELLI, Marlene. *Ensinar História*. São Paulo: Scipione, Coleção: Pensamento e Ação no Magistério, 2004.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Estado e construção do código disciplinar da Didática da História. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 709-729, jul./dez. 2006.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. História com Pedagogia: a contribuição da obra de Jonathas Serrano na construção do código disciplinar da História no Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 48, p. 189-211, 2004.

SILVA, Marco A. (Org.). *Repensando a História*. 2 ed. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, 1982.

